

Lex

O QUE DIZEM OS ADVOGADOS

Reforma da Justiça deve contar com inteligência artificial

Uso da inteligência artificial pode tornar a justiça mais célere, mas há cautelas a ter como assegurar a supervisão humana e respeitar as regras a criar a nível europeu, defendem advogados inquiridos pelo Negócios.

JOÃO MALTEZ
 jmaltez@negocios.pt

O tema reforma de justiça volta a estar sobre a mesa, com a a abertura mostrada pelo maior partido da oposição, o PS, e pelo Governo. Uma das questões que se levanta com frequência prende-se com a morosidade na resolução dos processos que se acumulam nos tribunais. Há quem defenda um reforço dos meios tecnológicos ao serviço do sistema de Justiça e a aposta no uso da Inteligência Artificial. Isto, sem descuidar a necessidade de salvaguardar as futuras regras europeias neste âmbito e assegurando a supervisão humana dos sistemas.

“Um reforço tecnológico na era em que vivemos acrescentaria sempre valor e a Inteligência Artificial (IA) permitirá seguramente um salto, mas diria que estamos ainda num ponto prévio em que haverá que sentar bases mais sólidas para preparar esse futuro e potenciar os seus efeitos”, sustenta Miguel de Almada, sócio coordenador da área de Litígios e Arbitragem da Cuatrecasas. Seja como for, defende o mesmo advogado, “faltam ainda recursos humanos, formação, mais e melhor gestão”.

Nuno Pena, sócio da CMS, enfatiza que “alguma coisa está já a ser feita” no âmbito da utilização de sistemas de IA ao nível da Justiça, “muito por boa vontade dos próprios juizes e procuradores”. Tal como enfatiza, “a tecnologia reduz a meras horas a análise de milhares de documentos” e permite igualmente “uma eficiente gestão de conhecimento, pesquisa de jurisprudência e mesmo a preparação e elaboração de decisões”.



Miguel Baltazar

Entre as questões apontadas como entrave ao melhor funcionamento do justiça estão a falta de recursos humanos e a gestão do sistema

Para Nuno Pena, ainda assim, “há cuidados a observar, garantindo supervisão humana”. Este advogado considera igualmente que “faz sentido envolver também os advogados neste percurso desde a sua génese”. Mais, sustenta o só-

Uma das questões que se levanta com frequência prende-se com a morosidade na resolução dos processos.

cio da CMS, “há em Portugal valioso conhecimento acumulado nesta matéria, pelo que importa organizá-lo e colocá-lo também ao serviço da justiça”.

Já José Jácome, sócio responsável pelo departamento de Resolução de Litígios da SRS Legal, “o discurso da falta de meios tem muito que se lhe diga”. Segundo frisa, “temos mais juizes per capita do que muitos países economicamente mais evoluídos e muito mais juizes per capita do que os países da ‘Common Law’”, onde o direito é criado ou aperfeiçoado pelos juizes. São exemplos dessa realidade o Reino Unido, o Canadá ou Austrália.

Isto dito, o sócio da SRS en-

tende que “há muitas melhorias a implementar no domínio das instalações, da assessoria e dos sistemas informáticos”, mas José Jácome considera que “há ferramentas de IA que podem ajudar na simplificação dos procedimentos e na produtividade”. Contudo, sustenta ainda, “a implementação de ferramentas de IA nesta matéria tem de ser cuidadosa e aguardar a entrada em vigor e subsequente consolidação das regras decorrentes do Regulamento e da Directiva da União Europeia nesta matéria”.

O advogado Flávio Tribuna Santos, da sociedade Santiago Mediano e Associados, também deixa alertas para alguns dos pos-

Da especialização à dignificação das carreiras profissionais

síveis riscos associados à IA. Nesse sentido frisa que o passo de "atribuir um papel decisório à inteligência artificial" para a "redação de despachos e sentenças, é um passo que "não pode ser dado".

No entanto, Flávio Tribuna Santos, defende que é "plausível e exequível que a Inteligência Artificial possa automatizar muitos processos e expediente atualmente a cargo de Oficiais de justiça". Dá aliás como exemplos "o agendamento de audiências e diligências; as notificações de testemunhas; a gestão documental digital de processos; a gestão de prazos processuais; a expedição automatizada de notificações e citações; as marcações de sala; ou mesmo a criação de chatbots ou assistentes virtuais com o designio de informar e prestar esclarecimentos às partes, testemunhas".

De igual modo, no que diz respeito aos agentes de execução, o advogado da Santiago Mediano considera que "é fácil equacionar que a automatização das suas diligências traria ganhos consideráveis [com o recurso à IA], combatendo a morosidade num dos setores da justiça onde mais é necessário combatê-la". ■

Que medida é mesmo fundamental fazer avançar para tornar a Justiça mais célere? Especialização de juízes, boas assessorias, melhoria da gestão dos processos ou dignificação da carreira dos funcionários judiciais são medidas defendidas.

"Não há uma bala de prata...", aponta Nuno Pena, sócio da CMS. De todo o modo, as suas apostas passariam pela existência de "tribunais especializados, mas com juízes especializados e devidamente assessorados; mais juízes e vinculação dos mesmos ao tribunal por um mínimo de cinco anos; colaboração séria entre advogados e juízes e entre juí-

zes entre si; mais utilização do princípio da adequação formal; ou a dignificação da carreira dos funcionários judiciais".

Já José Jácome, sócio responsável pelo departamento de Resolução de Litígios da SRS Legal, defende "uma melhoria substancial da remuneração dos juízes, associada a garantia da qualidade por via de uma avaliação rigorosa e moderna com despedimento dos que não servem". Por outro lado, considera importante a "simplificação radical dos procedimentos".

Também este advogado fala na especialização, sublinhando que "não serve de nada ter tribu-

nais especializados se os juízes não são especializados e não permanecem nesses tribunais". Por fim, José Jácome defende um "foco absoluto na eficácia prática das decisões na vida real".

Já Flávio Tribuna Santos, advogado da Santiago Mediano e Associados, frisa que entre as medidas que em que deposita "séria confiança" pendem-se com "o ganho que a Inteligência Artificial possa trazer na administração da justiça e no aumento da sua celeridade". Contudo, admite, receia "que não exista um único remédio que venha solucionar o problema da morosidade da justiça". No âmbito da justiça cível,

que o advogado Miguel de Almada, sócio coordenador da área de Litígios e Arbitragem da Cuatrecasas, diz conhecer melhor, se fosse necessário escolher uma mudança, este escolheria "a gestão processual dos casos".

A este nível, o sócio da Cuatrecasas considera que seria importante incrementar "medidas eficazes de gestão e organização dos diferentes momentos processuais, sob a direção do juiz, mas com estreito envolvimento das partes". Como exemplo, salienta "a oralidade e o compromisso de todos no momento do saneamento do processo" como a chave para uma maior eficiência. ■



Há cuidados a observar [na utilização da IA], garantindo supervisão humana, mas não devemos temer a tecnologia.



NUNO PENA
Advogado,
Sócio da CMS



Há ferramentas de IA que podem ajudar na simplificação dos procedimentos e na produtividade [...]. A implementação tem de ser cuidadosa.



JOSÉ JÁCOME
Sócio da SRS, na área
da resolução de litígios



Um reforço tecnológico na era em que vivemos acrescentaria sempre valor e a IA permitirá seguramente um salto.



MIGUEL DE ALMADA
Sócio coordenador da área
de Litígios da Cuatrecasas



Atribuir um papel decisório à inteligência artificial [...] é um passo que, na minha opinião, não pode ser dado.



FLÁVIO T. SANTOS
Advogado da Santiago Mediano
e Associados

Há quem defenda um reforço dos meios tecnológicos no sistema de Justiça e a aposta no uso da inteligência artificial.

ID: 111956341

04-07-2024

Processos

**Advogados
querem IA
na reforma
da justiça**

LEX12 e 13